A REFORMA AGRÁRIA EM MOVIMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS, RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA DA COMUNA DA TERRA



LUCÉLIA MARTINS DE SOUZA
Bacharel e Licenciada em Geografia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP (2012). Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD pela Universidade Federal Fluminense (2017); Agente do Brincar pela Associação Brasileira pelo Direito de Brincar – IPA (2017); Licenciada em Educomunicação pela Escola de Comunicação e Artes- USP; Professora de Ensino Fundamental II e Médio na EMEF Euclides de Oliveira Figueiredo.

RESUMO

O artigo analisa a experiência do Assentamento Milton Santos, localizado na região de Campinas (SP), no contexto da política pública de reforma agrária e da proposta da Comuna da Terra. A partir de pesquisa de campo realizada entre 2010 e 2012, busca-se compreender os desafios enfrentados pelos assentados na consolidação do território conquistado e na relação com as instituições públicas. A análise discute as tensões entre o projeto político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as limitações impostas pela burocracia estatal, evidenciando o modo como a resistência cotidiana e a autogestão comunitária tornam-se estratégias fundamentais de permanência. As falas dos moradores revelam as contradições e potências do processo, mostrando que a reforma agrária segue em movimento – não como política concluída, mas como construção coletiva e permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária; Políticas públicas; Comuna da Terra; Assentamento Milton Santos; Resistência.

INTRODUÇÃO

A Comuna da Terra surgiu como proposta inovadora dentro do projeto político do MST, articulando o direito à terra com o fortalecimento da produção coletiva e da vida comunitária. Diferente dos modelos convencionais de assentamento, a Comuna propõe uma nova lógica de ocupação e gestão do território, em que o trabalho, a moradia e a educação são dimensões integradas de um mesmo processo de emancipação social. Nesse contexto, o Assentamento Milton Santos, criado em 2005 na região metropolitana de Campinas, se tornou referência simbólica e política de resistência.

Assim, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de campo realizada entre 2010 e 2012, que teve como objetivo compreender as práticas sociais e os significados atribuídos pelos assentados ao processo de conquista da terra e à vida comunitária. As falas dos moradores e a observação direta das atividades cotidianas permitiram apreender como se configuram os desafios enfrentados no diálogo com o Estado e nas tentativas de efetivação das políticas públicas voltadas à reforma agrária.

A proposta da Comuna da Terra surge, portanto, em um contexto de reorganização do campo brasileiro e de reconfiguração das lutas sociais. Ao mesmo tempo em que o Estado ampliava os programas de crédito rural e de apoio à agricultura familiar, cresciam as disputas em torno do uso da terra e dos modelos de desenvolvimento. O MST, ao propor a Comuna, buscava não apenas garantir o acesso à terra, mas afirmar uma nova racionalidade de uso do território, centrada na cooperação, na agroecologia e na vida comunitária.

A compreensão da reforma agrária, nesse sentido, exige uma leitura que considere as múltiplas escalas de poder e as contradições entre o discurso institucional e as práticas concretas dos sujeitos do campo. O projeto da Comuna da Terra se coloca como contraponto a uma lógica de desenvolvimento que ainda privilegia o agronegócio e a concentração fundiária, reafirmando o valor político da agricultura familiar e da economia solidária.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFORMA AGRÁRIA E A PROPOSTA DA COMUNA DA TERRA

A partir da década de 1990, a reforma agrária brasileira passou a ser marcada por contradições entre o discurso oficial de inclusão produtiva e as limitações orçamentárias e políticas impostas à sua execução. No início dos anos 2000, com o avanço das políticas sociais e do fortalecimento do MST, a Comuna da Terra se consolidou como proposta alternativa, sustentada na autogestão e na coletividade.

A criação de novos assentamentos durante os governos Lula e Dilma representou um avanço quantitativo, mas a qualidade das políticas de apoio permaneceu limitada. O PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possibilitaram algum escoamento da produção, porém não garantiram autonomia aos assentamentos. A dependência de editais, chamadas públicas e convênios temporários fez com que muitas iniciativas fossem interrompidas.

Em São Paulo, o modelo da Comuna da Terra foi inicialmente reconhecido como experiência piloto, mas careceu de continuidade institucional. A falta de integração entre o INCRA, o ITESP e as prefeituras locais revelou a fragilidade de uma política que depende da boa vontade política de cada gestão, e não de um compromisso de Estado

As principais políticas voltadas aos assentamentos rurais no início dos anos 2000 — como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Crédito Instalação — mostraram-se pouco adaptadas às experiências coletivas. Os critérios de acesso eram baseados em unidades familiares isoladas, o que contrariava a lógica comunitária da Comuna da Terra. Além

disso, a demora na liberação de recursos e a falta de acompanhamento técnico dificultaram a implantação de projetos produtivos sustentáveis.

Como relatou uma moradora:

> A gente precisava de apoio pra começar a plantar. Mas o crédito demorava tanto que quando vinha já não servia mais. A gente aprendeu a fazer do nosso jeito. (Entrevistada Carla, 2012)

No entanto, a relação entre o Estado e o movimento social manteve-se tensa. Se, por um lado, houve avanços na criação de assentamentos e no reconhecimento de experiências inovadoras, por outro, persistiram as dificuldades no acesso a créditos, infraestrutura e acompanhamento técnico. Como afirma um assentado:

> A gente conquistou a terra, mas o Estado não veio junto. Tudo o que tem aqui foi feito com a força do povo, com trabalho e união. (Entrevistado Marcos, 2012)

A fala sintetiza um dos principais impasses do processo: a ausência de políticas públicas consistentes que garantam a sustentabilidade econômica e social dos assentamentos. O modelo burocrático de execução das políticas agrárias se mostrou insuficiente diante das dinâmicas territoriais e das especificidades locais. No caso do Assentamento Milton Santos, as famílias precisaram reinventar estratégias para permanecer, criando redes de solidariedade e formas próprias de gestão coletiva.

O PAPEL DO ESTADO E AS CONTRADIÇÕES NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA

A atuação do Estado no campo da reforma agrária é marcada por uma ambiguidade histórica: ao mesmo tempo em que é responsável por garantir o direito à terra, também impõe as condições que limitam sua efetivação. Essa contradição se manifesta nas exigências burocráticas, nos prazos de liberação de crédito e na dificuldade de diálogo entre os assentados e os órgãos públicos.

Essa contradição se revela também nas diferentes escalas de governo. Enquanto o INCRA é responsável pela regularização e pela execução direta das políticas agrárias, os municípios e estados nem sempre reconhecem os assentamentos como parte de suas políticas de desenvolvimento. No caso de Campinas e Americana, as prefeituras demoraram anos para incluir o assentamento em seus planos diretores e de zoneamento, o que impediu o acesso a obras básicas de infraestrutura.

Esse distanciamento institucional cria uma espécie de “limbo administrativo”, em que as famílias conquistam a terra, mas permanecem à margem das políticas públicas urbanas e rurais. O resultado é uma sobrecarga das formas de autogestão e da solidariedade interna, que passam a preencher o vazio deixado pelo Estado.

No Milton Santos, a implantação da Comuna da Terra foi acompanhada por longos períodos de espera por reconhecimento legal e por regularização fundiária. As políticas de habitação, infraestrutura e assistência técnica chegaram de forma fragmentada e tardia. Em muitos momentos, a ação coletiva substituiu a ausência do poder público.

A ausência de políticas articuladas reforça o que os assentados identificam como ‘invisibilidade institucional’. Mesmo após anos de conquista, muitos serviços básicos continuam fora do al-

cance das famílias. Essa invisibilidade é também simbólica: os assentamentos são frequentemente retratados como espaços provisórios, e não como territórios de vida. Tal percepção aprofunda a exclusão e gera um sentimento de abandono em relação ao poder público.

> Aqui não teve máquina da prefeitura, não teve engenheiro. Foi a gente que levantou as casas, que abriu estrada, que plantou e cuidou. A terra só fica viva quando a gente trabalha junto. (Entrevistada Telma, 2012)

A experiência revela que a efetivação da reforma agrária depende menos da formulação de programas e mais da capacidade de os sujeitos locais se apropriarem das políticas e transformá-las em práticas concretas. No caso da Comuna da Terra, o Estado se mostra necessário, mas insuficiente. A gestão coletiva e o protagonismo dos assentados tornam-se os verdadeiros motores da permanência.

RESISTÊNCIA, PERMANÊNCIA E REINVENÇÃO NO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

A permanência do Assentamento Milton Santos não pode ser entendida apenas como resultado da conquista jurídica da terra. Ela está ligada à construção de uma identidade coletiva, à capacidade de reinventar o cotidiano e de transformar o território em espaço de vida e de luta. Nos momentos de maior incerteza, especialmente quando ameaçados pela reintegração de posse em 2012, os assentados reafirmaram o sentido político de sua existência.

O cotidiano do assentamento é atravessado por pequenas conquistas que reafirmam o sentido da permanência. As festas, os mutirões e as reuniões de planejamento se tornam espaços de convivência e de elaboração coletiva de estratégias. A educação popular, inspirada nas práticas freireanas, aparece como elemento fundamental desse processo.

Em oficinas, rodas de conversa e atividades com as crianças, os moradores constroem saberes ligados à terra e à memória. A escola do assentamento, mesmo com recursos limitados, funciona como centro de articulação entre a comunidade e as políticas públicas.

Como relataram alguns assentados:

> Aqui a gente aprende com a vida. A escola é todo dia, na roça, no mutirão, na conversa. A gente não separa o aprender do viver. (Entrevistada Cleonice, 2012)
>
> A gente aprendeu que resistir não é só ficar. É continuar acreditando, mesmo quando parece que tudo vai acabar. (Entrevistada Mara, 2012)
>
> O que segura a gente aqui é o coletivo. Se fosse cada um por si, já tinha acabado. (Entrevistado Felipe, 2012)

A resistência se constrói nas práticas simples e repetidas: o preparo do solo, o cuidado com as hortas, a partilha dos alimentos. Cada gesto cotidiano reafirma a escolha de permanecer. A terra, que foi símbolo de luta, se converte em espaço de pertencimento e memória.

As crianças, nascidas já no assentamento, representam a continuidade do projeto coletivo. Elas crescem em um ambiente em que o brincar e o plantar convivem, e aprendem, desde cedo, que o direito à terra está ligado ao direito à dignidade e à história

Essas falas traduzem a dimensão simbólica e afetiva da resistência, que ultrapassa a de-

fesa material da terra e se estende à preservação da memória, da solidariedade e da esperança. O assentamento, assim, se mantém como território pedagógico, onde o trabalho e a convivência produzem aprendizados sobre o comum e sobre o sentido político da vida em comunidade.

Mais do que uma experiência local, o Assentamento Milton Santos expressa um projeto de sociedade em disputa. Sua permanência demonstra que a reforma agrária é também uma política de memória e de futuro, que desafia o esquecimento e a marginalização dos trabalhadores rurais. O território, enquanto espaço conquistado, se torna também espaço de invenção política.

No cotidiano, a autogestão e a prática do mutirão assumem papel central. As decisões são tomadas em assembleias, e as atividades coletivas fortalecem os laços de confiança. O trabalho partilhado se converte em instrumento de formação política e humana, reafirmando que a reforma agrária é também uma pedagogia da resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Assentamento Milton Santos demonstra que a reforma agrária, quando articulada à proposta da Comuna da Terra, não se limita à redistribuição de terras, mas constitui um processo contínuo de reconstrução social e política. As dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas refletem tanto a fragilidade das políticas públicas quanto a persistência das desigualdades estruturais que marcam o campo brasileiro.

Mesmo diante de ameaças e omissões do Estado, os assentados reafirmam a capacidade de criar e manter um território autogerido, sustentado por vínculos comunitários e pelo compromisso com a terra. A Comuna da Terra permanece como referência de resistência e de produção de novas formas de sociabilidade.

> A gente não quer só plantar. Quer viver aqui, criar nossos filhos, ver crescer o que a gente construiu. (Entrevistada Fernanda, 2012)

As experiências como a do Milton Santos evidenciam que a reforma agrária precisa ser compreendida para além dos limites institucionais. Trata-se de um processo vivo, que se refaz a partir das relações entre sujeitos, territórios e práticas de solidariedade. Cada conquista, ainda que parcial, representa a ampliação do espaço público e o reconhecimento de novos direitos. A terra, nesse sentido, deixa de ser apenas um meio de produção para se tornar um território de cidadania.

A reforma agrária, assim, segue em movimento – não como política encerrada, mas como prática cotidiana que combina luta, esperança, invenção e reinvenção. O Assentamento Milton Santos representa a força dessa continuidade e o potencial transformador das experiências construídas desde a base, onde a terra, o trabalho e a vida se entrelaçam no horizonte da dignidade e da justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).** Política Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária,** 1946–2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.